

UM OLHAR SOBRE AS ESCOLAS ESTADUAIS DE TEMPO INTEGRAL DE ANÁPOLIS

Rosenilda Rodrigues da Silva¹

RESUMO: O presente artigo faz uma breve discussão sobre as escolas de tempo integral de Anápolis, neste são discutidos os fatores históricos e sociais que possibilitaram o surgimento das primeiras escolas integrais no Brasil. Também são abordados os principais problemas enfrentados por essas unidades escolares no município de Anápolis de acordo com a visão dos gestores.

PALAVRAS-CHAVE: escolas de tempo integral, Centro Educacional Carneiro Ribeiro, CIEPs.

A LOOK AT THE SCHOOLS STATE TIME INTEGRAL ANÁPOLIS

ABSTRACT: This article is a brief discussion of the full-time schools Anápolis; this discusses the historical and social factors that made possible the emergence of the first comprehensive schools in Brazil. Also addressed are the main problems faced by these school units in the City of Anápolis.

KEYWORDS: day schools, Educational Center Carneiro Ribeiro, CIEPs.

INTRODUÇÃO

O direito a uma educação formal de qualidade tem provocado atualmente grandes discussões em todas as esferas deste setor, através de um sistema educacional eficiente torna-se possível a formação de cidadãos críticos e reflexivos capazes de compreender a dimensão da realidade social, política e cultural no qual estão inseridos.

Para Pilleti e Pilleti (2012), a democratização da escola assim como o acesso e a

¹Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás- UNUCSEH, Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú. Pós-Graduada em Linguagens e Educação Escolar E-mail: rosenilda.2008@gmail.com

permanência dos alunos na mesma traduz-se em uma luta histórica dos educadores brasileiros.

Neste contexto a proposta de ampliar o tempo de permanência do estudante no ambiente escolar traduziu-se na criação das escolas de tempo integral. As primeiras discussões acerca das escolas de tempo integral remete-se a década de 1920 período que constitui a primeira fase da organização republicana nacional conhecida como República Velha ou Primeira República (1889-1930). Neste período, o setor político movia-se através da troca de favores entre os membros que compunham tal setor. A base da economia estava concentrada na agricultura, sendo o café o principal gênero negociado no mercado internacional. Todavia, houve também um crescimento significativo da indústria, desencadeando o aumento do número de operários que foram se organizando fazendo surgir os primeiros movimentos reivindicatórios pelos direitos trabalhistas. Marcada pela transição de sociedade oligárquica para urbano-industrial, Schneider e Meglhioratti (2012, p.1) afirmam que neste período as estruturas de poder foram redefinidas e o processo de industrialização do país resultou em mudanças significativas para a educação. Desta forma, houve a necessidade de se pensar em uma estratégia educacional que diminuísse os males sociais. Iniciaram-se assim as reformas educacionais objetivando um sistema organizado de educação pública, pois o setor educacional do período excluía a camada popular e o ensino tornava-se privilégio da elite. Assim, os filhos dos menos favorecidos estavam automaticamente marginalizados do direito à educação sendo esta, um privilégio dos que possuíam boa situação econômica.

“Em outras palavras, o sistema de ensino promovia a imobilidade social, ou seja, estava destinado a manter cada indivíduo dentro de seu status social, e transferindo o setor privado ao sistema acadêmico, pela sua escola secundária de elite, a fim de que não fosse acessível senão aos que tivessem recursos” (TEIXEIRA, 1976 apud SCHNEIDER e MEGLHIORATTI 2012).

De acordo com Paro, Ferreti e Souza (1988, p.180), estas discussões provocadoras das mudanças não estavam ligadas necessariamente ao regime de tempo integral, mas faziam apontamentos sobre algumas necessidades da população a serem supridas pela educação. Desta forma, surgiram os elementos delineadores da proposta de educação em período integral que se concretizariam trinta anos depois.

BREVE HISTÓRICO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL: O CENTRO POPULAR EDUCACIONAL CARNEIRO RIBEIRO (ESCOLA PARQUE)

No ano de 1950, foi criada a primeira escola de tempo integral no Brasil. Idealizado por Anísio Teixeira, o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro-Escola Parque serviu como referência para as escolas de tempo integral que surgiram posteriormente nos estados da federação brasileira. No final da década de quarenta, Anísio Teixeira ocupava o cargo de Secretário de Educação e Cultura no estado da Bahia, a crescente demanda por vagas nas escolas públicas o conduziu a elaborar um sistema que resolvesse este problema. Segundo Nascimento (2009, p.20), a secretaria de educação de Salvador tinha como objetivo a construção de sete centros educacionais compostos por Escolas-classe e Escolas-parque, todavia apenas o Centro Educacional Carneiro Ribeiro viria a se concretizar no ano de 1950 como se mencionou. Sua construção foi viabilizada no bairro da Liberdade. O espaço para a construção do Centro foi definido através de um convênio entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia através da Secretaria da Educação. Nesta negociação coube ao Governo do Estado a cessão do terreno, cabendo ao Governo Federal a manutenção da Escola e o pagamento dos professores, todos em regime de dedicação integral. Após alguns anos, o Centro passou a ser mantido exclusivamente pelo Governo do Estado da Bahia. Para Santos (2008, p.21), a Escola Parque

Procurava fornecer à criança uma educação integral, cuidando de sua alimentação, higiene, socialização e preparação para o trabalho e cidadania. Aquela instituição educacional foi a concretização de tudo aquilo que Anísio defendia para a escola brasileira, [...] Ele acreditava que uma escola que funcionasse em tempo integral e com educação voltada para a formação completa, com atividades diversificadas e um mínimo de infraestrutura garantiria aos alunos uma educação de qualidade.

A rotina das crianças organizavam-se da seguinte maneira: durante um turno elas estudavam em uma das escolas-classe e no outro turno na escola-parque. Nas Escolas-classe eram desenvolvidas atividades normais como em qualquer escola, os alunos cursavam as disciplinas tradicionais (história, geografia, matemática, etc.). Já na Escola-parque

desenvolviam-se as atividades educativas tais como: trabalhos manuais (corte e costura, trabalhos em couro, marcenaria), artes industriais, educação artística, educação física e atividades socializantes, desta forma, o aluno passava mais tempo na escola, participando de atividades significativas para o desenvolvimento intelectual e competências técnica. Neste centro educacional as crianças também recebiam assistência médica e odontológica além de orientação educacional e merenda escolar. A área do centro educacional totalizava 42 mil metros quadrados composto por vários pavilhões onde as atividades intercaladas eram desenvolvidas como já se mencionou. A fotografia abaixo ilustra o tamanho da estrutura física do centro educacional em questão.



Figura 1 -Visão panorâmica do Centro Educacional Carneiro Ribeiro-Escola Parque 1963.

Fonte: Acervo da Biblioteca da Escola Parque.

Entretanto nas décadas posteriores este centro educacional foi acometido por problemas de ordem política e econômica. De acordo com Nascimento (2009, p.28),

A insuficiência de verbas para a assistência ao aluno e para a manutenção física do Centro contribuiu decisivamente para minar o bom andamento dos trabalhos realizados nos diversos âmbitos da Escola Parque e nas Escolas-Classe. Entre os anos de 1971 e 1974, a Escola Parque e as Escolas-Classe enfrentaram seu período de maior agrura. Nesse momento, o sistema educativo passa a se centralizar cada vez mais. Ou seja, o universo educacional pensado e executado

por Anísio apontava para uma íntima relação entre a escola e a sociedade. Entretanto, essa vinculação – escola e comunidade – durou pouco. A Ditadura Militar instalada e operante no país contribuiu, e muito, para seu desmantelamento, para sua falta de autonomia e para a dependência do Estado. É lícito afirmarmos que, sem sua devida autonomia, engessada pela burocracia estatal, pela centralização política e administrativa, além do controle político-administrativo, a escola começou a ruir, não apenas seus espaços físicos, mas também os ideais educacionais anísianos. [...] Em 1998, o Centro Educacional foi caracterizado como escola que atendia a alunos do curso de Aceleração, utilizando apenas alguns pavilhões, e os demais passaram a ser fechados e deteriorados pelo tempo.

Passado o período da Ditadura Militar, chegando as comemorações do centenário de Anísio Teixeira, correspondente ao ano de 2000, o C.E.C. R torna-se alvo de importantes discussões que resgataram sua história enquanto instituição educacional. Logo, em 2002 a escola foi revitalizada e reinaugurada tendo como propósito o resgate da tradicional oferta de educação integral. Nesse sentido através de intervenções estruturais, os ideais desta escola foram resgatados e no ano de 2009, 4.000 alunos estavam matriculados na instituição. Oriundos do bairro da Liberdade e adjacências estes alunos são distribuídos pelas quatro escolas-classe, sendo que o Colégio Estadual Álvaro Augusto Silva também foi integrado ao C.E.C.R oferecendo ensino fundamental e médio. Outra modalidade importante é a oferta da Educação de Jovens e Adultos(EJA) e Educação Especial no centro educacional. Desta forma a Escola-parque oferece vivências através de seus núcleos, os quais possibilitam uma ressignificação e complementação das disciplinas curriculares oferecidas no núcleo comum das Escolas-classe (NASCIMENTO, 2009, p.36).

OS CENTROS INTEGRADOS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA (CIEPS)

Outros projetos de relevância no que se refere às escolas de tempo integral foram os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs) conhecidos popularmente como Brizolões. Tal o projeto foi viabilizado no período em que Leonel Brizola foi eleito governador do Rio de Janeiro (1983-1986). O plano pedagógico destas instituições educacionais escolas foi realizado pelo antropólogo Darcy Ribeiro o então vice-governador e secretário de Ciência, Cultura e Tecnologia do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o site do Partido Democrático Trabalhista (PDT) foram construídos de imediato sessenta CIEPs, entretanto objetivava-se a implantação de

quinientos centros. A infraestrutura contava com bibliotecas, ginásios cobertos, campos de futebol e piscinas sendo que a população adjacente podia desfrutar deste lazer, pois, a escola era aberta aos finais de semana.



Figura 2-Visão de um Centro Integrado de Educação Pública no Rio de Janeiro 1987.

Fonte: www.pdt.org.com.br

Estes centros educacionais tinham como objetivo principal fornecer educação de qualidade em período integral à crianças das periferias da grande metrópole. As crianças desamparadas também eram acolhidas nestas instituições, elas eram classificadas como alunos-residentes, cada CIEP podia abrigar no máximo vinte e quatro crianças, estas ficavam sob os cuidados dos pais sociais (pais residentes) que eram treinados para desempenhar esta função. Na rotina da escola, os alunos recebiam um ensino regular, participavam de atividades culturais, estudos dirigidos, tinham assistência médica, odontológica, psicológica e nutricional.

Os ideais da proposta de ensino em questão foram se dissipando no decorrer de outros mandatos políticos, pois, é comum um governante não dar continuidade ao trabalho do seu antecessor. De acordo com Pilleti e Pilleti (2012, p.218-219)

Muitas críticas foram feitas aos CIEPs, especialmente no que diz respeito à sua exploração político-eleitoreira e ao seu alto custo, cerca de um milhão de dólares por unidade [...]. Apesar de tanta aprovação, com a posse do novo governo, em março de 1987, o programa foi desativado, confirmando mais uma vez como a educação era importante apenas no discurso, enquanto na prática procurava-se adequá-la aos interesses político-partidários imediatistas, com a suspensão das iniciativas dos adversários, mesmo sendo benéficos para a coletividade.

Desta forma, os CIEPs foram gradativamente se desvinculando de sua proposta original. Até o ano de 1999 Rodrigues (2004) afirma que, alguns prédios ainda funcionam como escolas estaduais e municipais em dois ou três períodos. Outros são utilizados para o funcionamento de faculdades, órgãos públicos, porém houve aqueles que não suportaram as inclemências do tempo e servem de abrigo para as pessoas sem-teto.

AS ESCOLAS ESTADUAIS DE TEMPO INTEGRAL DE ANAPOLIS

Em meados da década de 1990, a extensão da jornada escolar, passa a ser discutida na Lei 9.394/96, de acordo com o Artigo 34º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB),

A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

Tendo em vista esta nova proposta de educação, algumas escolas foram gradativamente se ajustando ao modelo de educação integral garantida na LDB. Alguns projetos de escolas de tempo integral alcançaram sucesso em diferentes estados da federação, têm-se como exemplos:

Em Apucarana, no Paraná, O Programa de Educação Integral está em funcionamento desde 2001. O Programa foi firmado em 4 pactos fundamentais: Pacto pela Educação, Pacto pela Responsabilidade Social, Pacto pela Vida e Pacto por uma Cidade Sustentável. Em Nova Iguaçu, o Projeto Bairro-Escola, iniciado em 2006, sustenta-se sobre 2

conceitos básicos: Cidade Educadora e Educação Integral. O Bairro-Escola oferece atividades sócio-educativas nos turnos alternativos aos das aulas, através de parcerias com diferentes instituições que se transformam em espaços de aprendizagem.

Em Belo Horizonte, o Programa Escola Integrada, implantado em 2006, ampliou a jornada para 9 horas, com atividades diversificadas, mas articuladas com o Projeto Político Pedagógico de cada instituição. Conta com a parceria de instituições de ensino superior, ONGs, artistas, comerciantes e empresários, envolvidos no desenvolvimento dos potenciais educativos da comunidade. Em São Paulo a proposta da escola integral também foi implantada em 2006 e está baseada no saber construído coletivamente, na cultura de paz e no protagonismo juvenil (SILVA, 2009).

No estado de Goiás aproximadamente cento e vinte escolas passaram a funcionar em regime de tempo integral, sendo que, cinco delas estão localizadas em Anápolis (Escola Estadual Violeta Pitaluga, Escola Estadual Adolfo Batista, Escola Estadual Lions Melchior de Araújo, Escola Estadual Padre Trindade e Escola Estadual Doutor Geserico Gonzaga Jaime). De acordo com Silva (2009), o critério para adesão ao programa consiste no compromisso da comunidade em assumir como modelo de educação o estudante como sujeito de sua própria formação e participante ativo no processo de aprendizagem. Assim, objetivo geral da extensão da jornada escolar destas escolas é universalizar o acesso, a permanência e a qualidade da educação pública.

Nas unidades escolares mencionadas somente os alunos do 6º ao 9º ano estudam no regime integral eles chegam às escolas às 07h00min da manhã e saem às 17h00min horas. No período matutino são ministradas as disciplinas tradicionais e a tarde participam de atividades esportivas, culturais, reforço de português e matemática além de receberem três refeições diárias. Já a Escola Estadual Doutor Geserico Gonzaga Jaime se propõe a atender apenas os alunos de ensino médio, as séries do ensino fundamental foram extintas. Para a gestora, a proposta está voltada para a aprovação no vestibular. Para isso, o método utilizado consiste no aumento do número de aulas, realização de avaliações semanalmente e aumento da média da escola de 5,0 para 6,0.

Dentre as atividades propostas estão o estudo orientado e as práticas laboratoriais sendo que, a escola está passando por reformas de grande porte para a construção de laboratórios. Assim esta unidade torna um caso particular diferenciando-se das demais.

AS PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE TEMPO INTEGRAL DE ANÁPOLIS

Com o propósito de identificar quais são as principais deficiências e desafios das escolas de tempo integral de Anápolis, foi realizado um trabalho de campo para melhor compreender o(s) objeto(s) de pesquisa. De acordo com os gestores, um fenômeno desencadeado pelas escolas em questão foi um aumento do contingente de alunos que, residindo em bairros periféricos, possuem pouco acesso às atividades esportivas e culturais e a procura por vagas chega a gerar listas de espera. A única unidade escolar que não apresentou este fenômeno foi o Colégio Estadual Adolfo Batista, pois situado em uma área periférica muito distante, sua clientela reside nas adjacências (bairro da Lapa e Barreiro).

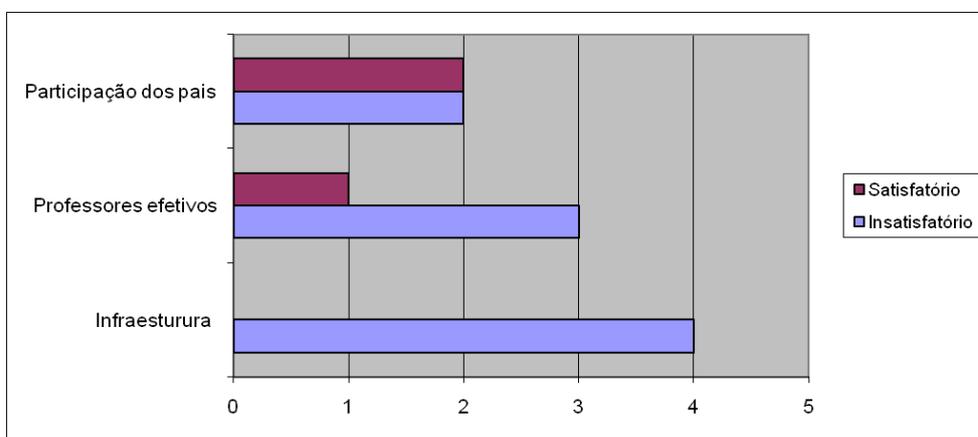
No que se refere a adequação do espaço físico destas unidades educacionais, os entrevistados relataram que na época da implantação do regime integral, houve a promessa de reformas mas a mesma aconteceu de fato. As ações desenvolvidas pela solucionar o problema de inadequação estrutural traduziu-se em pequenas e insignificantes reformas emergenciais, desta forma, escolas muito antigas e pequenas passaram a receber os estudantes sem melhoria do ambiente. Entretanto, no ano de 2013 constatou-se que duas unidades escolares estão passando por reformas de grande porte.



Figura 3-Reformas na Escola Estadual Padre Trindade 2013. Fonte: Silva

Com relação aos desafios enfrentados por estes estabelecimentos, constatou-se que, nestas escolas são recorrentes a indisciplina, desinteresse dos alunos nas disciplinas tradicionais e baixo rendimento no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O gráfico abaixo ilustra os três principais problemas identificados em todas as escolas visitadas.

Figura 4-Gráfico dos principais problemas identificados nas escolas de tempo integral de Anápolis.



De acordo com os dados do gráfico percebe-se que a maior insatisfação dos gestores se refere à infraestrutura das unidades escolares, pois, nas mesmas faltam refeitórios, banheiros e espaços físicos adequados para desenvolvimento das atividades.

Em segundo aparece a falta de professores efetivos, visto que este se torna de fundamental importância. O suprimento desta falta ocorre através da contratação de profissionais temporários que em muitos casos acabam pedindo remoção para escolas mais próximas ou abandonando as aulas. Desta forma, a rotatividade atrapalha o bom andamento da rotina escolar.

A falta de participação dos pais também se caracteriza como um dos principais problemas, pois, são poucos aqueles que têm tempo para ir à escola participar dos conselhos de classe ou saber como está o desempenho dos filhos.

CONCLUSÃO

Ao analisar as escolas que adotaram a proposta de ensino integral no estado, a conclusão foi que não houve impacto significativo sobre a aprendizagem, isso ocorre por causa da complexidade dos fatores envolvidos na adoção de projetos de tempo integral entre eles, a infraestrutura, a carreira do professor e o currículo, que desembocam no tema de educação do momento. É na dimensão do currículo que os alunos de fato vão aprender na escola que se concentram os grandes desafios do tempo integral brasileiro. O ensino integral deve dar conta de um conjunto de ações educativas relativas não só a um trabalho, mas na oportunidade para a prática de esportes e atividades expressivas, a interação com a comunidade circunvizinha à escola, no desenvolvimento de habilidades não cognitivas do aluno sendo que tudo isso se deve a concepção de um projeto pedagógico integrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PARO Vitor Henrique; FERRETI, Celso João; SOUZA, Denise Trento. Questões suscitadas pela proposta de escola pública de tempo integral. In: **Escola de tempo integral: desafios para o ensino público**. São Paulo: Cortez 1988.

LOBATO, Iolene Mesquita; SELLANES, Rosana Beatriz Garrasini. **O curso de educação integral e integrada e sua contribuição na formação docente**. 2010. Disponível em: < <http://www.rtve.org.br/seminário/Anais> > Acesso em 29 jun de 2013.

SCHNEIDER, Maria Eduarda; MEGLHIORATTI, Fernanda Aparecida. A influência do movimento eugênico na constituição do sistema organizado de educação pública no Brasil na década de 1930. In: IX SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 2012. Caxias do Sul.

SANTOS, Flávia Freitas Fontany dos. **Anísio Teixeira: uma concepção de educação integral em tempo integral**. 2008. 34 f. Monografia (Graduação em Pedagogia)-Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

NASCIMENTO, Gedeon Ribeiro. **O centro educacional Carneiro Ribeiro-escola-parque: simbologia de escola viva na comunidade do bairro da Liberdade em Salvador-Bahia**. 2009. 86 f. Dissertação (Mestrado em Teologia)-Escola Superior de Teologia. Programa de pós-graduação em religião e educação. São Leopoldo. 2009.

PILLETI, Claudino; PILLETI, Nelson. **História da educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.9394/96 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez.1996.

BRASIL. Ministério Público. Diretrizes para a Implementação da Educação de Tempo Integral nas Cidades do Entorno de Brasília. 2009.

Disponível em:<<http://www.pdt.org.br>> Acesso em 15 de ago de 2013.